

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17ª REGIÃO
CODOM - COORDENADORIA DE GESTÃO DOCUMENTAL E MEMÓRIA



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 17.ª REGIÃO

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Inciso I do Art. 72 da Lei 14.133/2021

1. OBJETO

Aquisição de material bibliográfico: um exemplar da obra **“A Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK Guide)”** (oitava edição) e um exemplar da obra **“Choose Your Wow – Second Edition (Brazilian Portuguese): A Disciplined Agile Approach to Optimizing Your Way of Working”**, ambas editadas pelo Project Management Institute.

ITEM	MATERIAL	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO ESTIMADO	TOTAL ESTIMADO
1	A Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK Guide)” (oitava edição em português)	1	R\$ 672,00	R\$ 672,00
2	Choose Your Wow – Second Edition (Brazilian Portuguese): A Disciplined Agile Approach to Optimizing Your Way of Working	1	R\$ 110,00	R\$ 110,00
TOTAL				R\$ 782,00

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A unidade demandante informa que a aquisição da obra **“A Guide to the Project Management Body of Knowledge (PMBOK Guide)”** (oitava edição) visa reforçar o Escritório de Projetos de TIC, constituindo importante apoio às atividades de revisão da Metodologia de Gestão de Projetos de TIC, bem como ao aprimoramento da gestão das iniciativas de TIC deste Regional, ações

alinhadas e sugeridas no âmbito do Plano de Ações de TIC 2026; e que a obra “**Choose Your Wow – Second Edition (Brazilian Portuguese): A Disciplined Agile Approach to Optimizing Your Way of Working**” servirá de apoio à iniciativa “TI23026 – WoW! Repensando a Agilidade na TI”, que visa trazer agilidade às equipes de TIC por meio da adoção de boas práticas e frameworks

2.1 - Previsão no Plano de Contratações Anual 2026 (PCA 2026)

Conforme disposto no art. 12, § 2º da Resolução 364/2023 CSJT, não há necessidade de previsão de contratações realizadas por dispensa de licitação ou inexigibilidade no PCA TRT17.

2.2 Critérios de Sustentabilidade

O Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho (3. ed. 2021) define bem de consumo como “aquele que, em razão de seu uso corrente, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada a dois anos” destacando ainda outras características como durabilidade (perda ou redução das condições de funcionamento no prazo máximo de dois anos), fragilidade, perecibilidade, incorporabilidade e transformabilidade.

O Guia recomenda, nas compras de material de expediente e de gráfica, que seja priorizada a aquisição de papel reciclado ou branco, livres de cloro (ver p. 19 do Guia); quanto aos jornais, revistas e periódicos impressos, o guia recomenda a redução de seus consumo e a aquisição de versões eletrônicas, sempre que disponíveis no mercado (ver p. 40-41 do Guia). A finalidade é reduzir o consumo de recursos naturais e a produção de resíduos sólidos.

Para a aquisição de material impresso, o Guia afirma que cabe justificativa expressa. Ainda que tal classificação não faça menção direta aos livros impressos, sua aquisição gera questionamentos sobre a observância dos critérios de sustentabilidade.

Ressaltamos que, ainda que o livro impresso seja um bem de consumo que apresenta as características expostas no Guia, sua durabilidade, em condições normais de uso, excede em muito o prazo de dois anos. As coleções físicas das bibliotecas dos tribunais do trabalho, inclusive a do TRT da 17ª Região, são compostas por obras de diversas idades, algumas com mais de cinquenta anos.

Cabe ressaltar que o descarte de materiais impressos no TRT da 17ª Região observa os critérios de gestão ambiental e ocorre dentro das práticas de sustentabilidade recomendadas. O material impresso, que perde sua usabilidade, é avaliado, descartado e encaminhado à reciclagem.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Pela inexigência de se elaborar o Estudo Técnico Preliminar para o objeto desta contratação, a descrição encontra-se contemplada no item 1 deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 - Reconhecimento da necessidade do objeto - contratante;

- 4.2 - Existir recursos financeiros para custear a solução - contratante;
- 4.3 - Preço estimado no mercado de contratações públicas, de modo a servir de referência para julgamento da disputa - contratante;
- 4.4 - Especificações objetivas - contratante;
- 4.5 - Dimensionamento da demanda, a partir de informações prestadas pelo requisitante - contratante;
- 4.6 - Análise de viabilidade da aplicação de **critérios de sustentabilidade**, segundo Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho - contratante;
- 4.7 - Definição de público-alvo - servidores, colaboradores e público interessado - contratante;
- 4.8 - Estabelecimento de **critérios mínimo de habilitação** - contratante;
- 4.9 - **Assegurar** exclusividade ou **preferência de contratação de MEs ou EPPs**, conforme dispõe LC 123/2006 - contratante;
- 4.10 - **Ter sanções inibidoras de comportamentos indesejáveis**, como (mínimo) - contratante:
1. Descumprimento de prazos;
 2. Descumprimento de obrigações com habilitação;
 3. Descumprimento de especificações.
- 4.11 - **Critério de disputa do certame - Menor preço global** - contratante;
- 4.12 - **Forma de contrato** - mediante **emissão de nota de empenho**, em função do disposto no **art. 95/II da Lei 14.133/2021** - contratante;
- 4.13 - Empresa contratada ter expertise no fornecimento do objeto, além de estar habilitada para assumir o compromisso contratado.
- 4.14 - **CONSULTA AO CADIN E IMPEDIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
- 4.14.1 - O adjudicatário declarará, juntamente com sua proposta, a inexistência de irregularidades perante o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).
- 4.14.2 - O Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região (TRT-17) realizará consulta prévia ao CADIN antes da emissão da nota de empenho, nos termos do artigo 6º-A da Lei nº 10.522/2002.
- 4.14.3 - A consulta ao CADIN será realizada também previamente à assinatura de aditamentos contratuais, incluindo prorrogações de prazo e alterações de objeto. A existência de registro no CADIN no momento da consulta impedirá a formalização do aditivo.
- 4.14.4 - Nos casos de dispensa de licitação, a consulta a que se refere o item 1.3 será realizada imediatamente antes da autorização para emissão do instrumento.
- 4.14.5 - Caso a empresa adjudicatária esteja inscrita no CADIN no momento da emissão da nota de empenho, será aplicada a regra geral de convocação da segunda colocada ou das subsequentes, conforme previsto no instrumento convocatório e na legislação vigente.
- 4.14.5.1 - Alternativamente, a Administração, a seu critério, poderá conceder prazo de até 10 (dez) dias úteis, a partir da notificação licitante/contratada, para a regularização das pendências

perante o CADIN. Esgotado esse prazo, aplicar-se-á o disposto no item 4.14.5 e seguintes.

4.14.6 - O não cumprimento dos requisitos para emissão da nota de empenho no prazo estipulado neste instrumento será interpretado como recusa da adjudicatária em formalizar o ajuste, aplicando-se as seguintes sanções:

- a) Perda do direito à emissão da nota de empenho;
- b) Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 2 (dois) anos, conforme artigo 156, III, da Lei nº 14.133/2021; e
- c) Registro da ocorrência no SICAF.

4.14.7 - Antes da aplicação das penalidades, será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos termos do Ato PRESI N.º 49/2024 e da Lei nº 9.784/1999.

4.14.8 - Caso seja constatado registro no CADIN durante a execução do contrato, a Administração poderá avaliar a rescisão motivada, conforme a legislação vigente e os impactos na continuidade da prestação do serviço ou fornecimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- a) A empresa, após receber a Nota de Empenho, estará autorizada a realizar a entrega dos produtos no endereço indicados neste termo.
- b) Após os produtos terem suas especificações atestadas pela unidade fiscal da contratação, a empresa enviará, por meio do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (Sigeo-JT), a nota fiscal do produto.
- c) Em seguida, a unidade fiscal atestará a nota fiscal e solicitará o pagamento à empresa.

5.1 - Efetivação da contratação

A contratação será efetivada por meio da emissão de Nota de Empenho, da qual a Contratada será comunicada, via e-mail.

5.2 - Recebimento do objeto

- a) O material será recebido, provisoriamente, no ato da entrega na Biblioteca, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- a) O material será recebido, definitivamente, pelo responsável pela fiscalização no prazo de até **5 (cinco) dias** contados da data do recebimento provisório.

5.3 - Local, dias e horário de entrega

Local de entrega: Biblioteca Juiz Jayme Gurivitz, situada na **Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 1245 - 3º Andar - Torre Tribunal - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP 29050-335**

Telefones de contato: (27) 3321-2430 (Biblioteca) / (27) 3185-2016 (CODOM)

Dias e horário: De segunda a sexta-feira, das 12 às 18 horas.

5.4 - Prazo de entrega

A entrega deverá ser feita em uma única etapa e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias , contados da data de recebimento da nota de empenho.

6. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A seção responsável pela fiscalização e acompanhamento da entrega será a Seção de Gestão Documental (SEGEDOC), por seu chefe (titular, substituto ou interino) ou por servidor designado por este.

Caberá à fiscalização:

6.1 - Verificação técnica do objeto entregue conforme especificações.

6.2 - Receber definitivamente o OBJETO (em conformidade com o item 5.2 deste Termo de Referência), bem como adotar providências para que sejam feitos os devidos pagamentos à contratada.

6.3 - Notificar a CONTRATADA sobre eventuais problemas que impeçam o recebimento, bem como indicação de retenções em faturas, se for o caso.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 - A Contratada deverá realizar cadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) e enviar, via sistema, a nota fiscal/fatura para a conferência e a realização do ateste por parte da fiscalização do Contratante, em conformidade com o ATO TRT 17.^a PRESI/DIGER. n.º 3/2022;

7.2 - O pagamento será efetuado em **até 5 (cinco) dias úteis**, após o recebimento definitivo do objeto acompanhado de Nota Fiscal.

7.3 - Ultrapassado o prazo para pagamento previsto neste contrato, por responsabilidade da CONTRATANTE, o valor devido à CONTRATADA será acrescido de atualização financeira, calculada desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, cujos juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% a.m. (meio por cento ao mês), ou 6% (seis por cento ao ano), conforme as seguintes fórmulas:

$I = (TX/100)/365$ $EM = I \times N \times VP$	Onde: I = índice de atualização financeira; TX = percentual da taxa de juros de mora anual; EM = encargos moratórios; N = número de dias entre o vencimento e a data do efetivo pagamento; e VP = valor da parcela em atraso.
--	--

7.4 - Haverá retenção provisória dos valores das penalidades previstas no item 12 deste Termo de Referência enquanto não houver decisão final acerca da multa.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

8.1 - O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação na forma eletrônica e critério de julgamento de menor preço, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021.

8.2 - O regime de execução não se aplica às compras diretas de bens ou prestação de serviços que não se caracterizam como de engenharia.

8.3 - Habilitação

8.3.1 - A contratada deverá manter atualizada a documentação exigida para contratação, comprovando sua regularidade fiscal quanto ao recolhimento do INSS (CND), o FGTS (CRF) e os Tributos Federais (CND Receita Federal), CNJ (Improbidade Administrativa e Inelegibilidade), possuir a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e não ter impedimento de licitar registrado no SICAF.

9. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - **CONTRATANTE:** Manter pessoal no local e horário indicados neste termo para receber o objeto contratado; pagar ao contratado o valor contratado, no prazo estipulado neste termo. Efetuar os pagamentos nos prazos estipulados.

9.2 - **CONTRATADA:** Entregar o objeto contratado no prazo determinado e no local indicado neste termo; manter suas certidões habilitatórias atualizadas.

10. DA PARTICIPAÇÃO PREFERENCIAL DE ME/EPP

Não será adotado o critério de **participação exclusiva** de ME/EPP.

11. REAJUSTE

Não se aplica.

12. SANÇÕES

Aplicadas em acordo às disposições expostas entre artigos 155 e 166 da Lei 14.133/2021 e quadro exposto a seguir:

Conduta	Sanção
---------	--------

1. Atraso na entrega do objeto, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado.	Atraso superior a 10 dias: MULTA de 1% ao dia até o limite de 20% sobre o valor do montante em atraso, contados do primeiro dia de atraso.
2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 3. Dar causa à inexecução total do contrato, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado; 5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; salvo em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado.	Multa de 10% sobre o valor do contrato; Impedimento de licitar e contratar por 12 meses.
6. Apresentar declaração ou documentação falsa; 7. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; 8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; 9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; 10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 .	Multa de 10% sobre o valor do contrato; Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

12.1 - Se aplicada e não recolhida no prazo de 10 dias úteis (contados da notificação), a multa será inscrita como Dívida Ativa da União e cobrado mediante execução judicial.

12.2 - O atraso na entrega igual ou superior a 10 (dez) dias poderá, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades, ensejar a rescisão contratual.

13. EXTINÇÃO DO CONTRATO

13.1 - Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I. Não cumprimento ou cumprimento irregular de dispositivos e condições da contratação, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II. Desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para

acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

- III. Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV. Decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V. Caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI. Razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante.

13.2 - A extinção do contrato poderá ser:

- I. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- II. Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- III. Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

14. NOTIFICAÇÕES

14.1 - **Todas as notificações ocorrerão via correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa contratada informá-lo e mantê-lo atualizado;**

14.2 - Caberá à empresa monitorar a conta de correio eletrônico fornecida, não cabendo nenhuma alegação, por parte da contratada, de que não teve conhecimento das notificações realizadas por este TRT;

14.3 - As notificações deverão ser respondidas em até **3 (três) dias úteis**, sendo a contagem desse prazo iniciada no primeiro dia útil seguinte ao envio do e-mail referente à notificação;

14.4 - A empresa deverá manter atualizado o e-mail informado à Administração. Qualquer alteração do correio eletrônico fornecido deverá ser comunicada ao TRT. Caso contrário, será considerada válida qualquer notificação enviada à contratada por meio do endereço eletrônico por ela indicado à Administração.

15. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

15.1 - **Valor total estimado: R\$ 782,00** (setecentos e oitenta e dois reais) para o fornecimento de todo o material descrito no item 1 deste TR.

15.2 - **Valor a ser contratado:** dentre as propostas apresentadas, aquela que ofertar o menor preço, desde que igual ou inferior ao valor unitário estimado para o item.

16. SUBCONTRATAÇÃO

Não permitida.

17. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não se aplica, por não se justificar técnica e economicamente.

18. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

18.1 – 90 dias, conforme Código de Defesa do Consumidor.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.1. A despesa decorrente da execução desta contratação, no exercício de **2026**, correrão à conta dos recursos orçamentários do Programa **168188** - Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Despesas Diversas, Fonte **1000000000**, Elemento de Despesa **3.3.90.30** - **Material de Consumo**.

20. DA VIGÊNCIA

20.1 - A contratação terá vigência de 100 (cem) dias, contados da ciência da nota de empenho.

20.2 - Este prazo poderá ser prorrogado mediante autorização prévia do Diretor-Geral deste Tribunal.

21. FORO

Para dirimir todas as questões oriundas da contratação e contrato dela decorrente, é competente o Juízo Federal da cidade de Vitória - Seção Judiciária do Estado do Espírito Santo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Ronaldo Alves da Silva
Analista Judiciário - Bibliotecário



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Alves Da Silva**, Analista Judiciário, em 18/05/2026, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.trt17.jus.br/principal/documentos/autenticidade> informando o código verificador **1313228** e o código CRC **13FD50DD**.

